

SOL

01-10-2016

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 58246

Temática: Educação

Dimensão: 2173 cm<sup>2</sup>

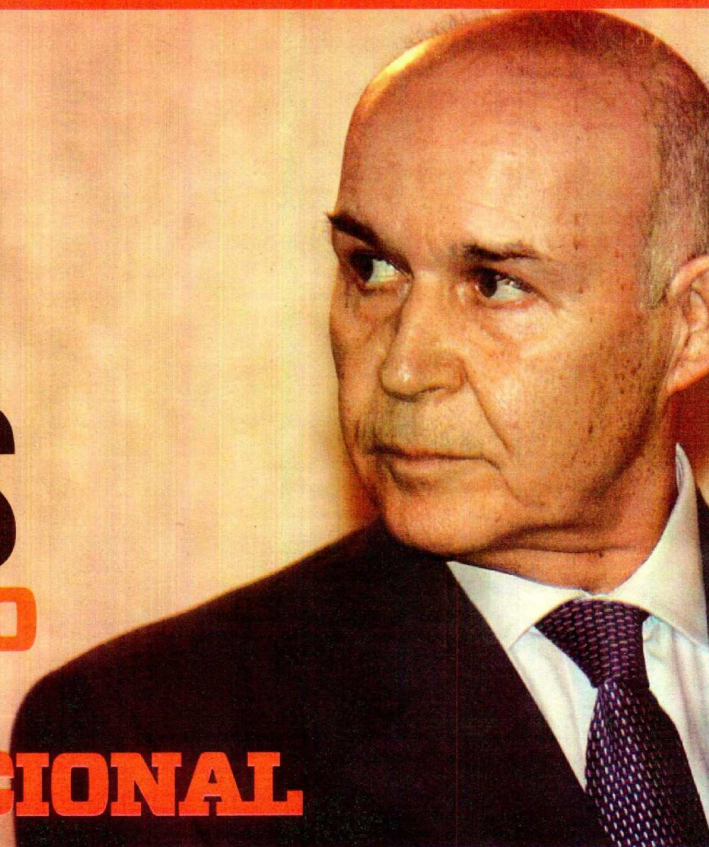
Imagem: S/Cor

Página (s): 24/25



# Sociedade

## MANUAIS DISTRIBUIÇÃO GRATUITA É INCONSTITUCIONAL



JOSE SERGIO

Ana Petronilho  
ana.petronilho@sol.pt

Gomes Canotilho analisou a lei que permite a distribuição gratuita dos manuais escolares e diz não ter dúvidas de que é inconstitucional. O prestigiado constitucionalista aponta ainda várias falhas na lei.

**A** distribuição gratuita dos manuais escolares é inconstitucional e a lei desenhada pelo Governo tem várias falhas que podem acentuar a desigualdade social dos alunos.

Quem o diz é um dos mais prestigiados constitucionalistas portugueses, Gomes Canotilho, que não tem dúvidas: «a reutilização dos manuais escolares dificilmente pode ser considerada um fim constitu-

cional ou mesmo um meio constitucionalmente legítimo».

Isto porque, continua o professor catedrático jubilado em Direito, a devolução dos livros no final do ano letivo e os constrangimentos à utilização dos manuais – que têm de ser entregues em «bom estado», sem estarem escritos – «podem afetar negativamente os alunos mais desfavorecidos», que são quem mais dependem dos manuais na altura dos exames e das provas nacionais.

É que nessa altura os alunos já não têm acesso aos manuais dos anos anteriores para estudar para os exames. Sem o acesso aos manuais dos anos anteriores os alunos «podem acabar por ser prejudicados na sua preparação para os exames de fim de ciclo».

Desta forma, defende Gomes Canotilho, a reutilização dos manuais escolares «não favorece o sucesso escolar, nem a igualdade de oportunidades educativas, não podendo ser deduzida da garantia constitucional do direito à educação». E o constitucionalista deixa um aviso: «Aquilo que se poupa a montante em manuais escolares pode vir a ser pago a jusan-te na futura do insucesso escolar e do alargamento da desigualdade».

Esta é apenas uma das conclu-

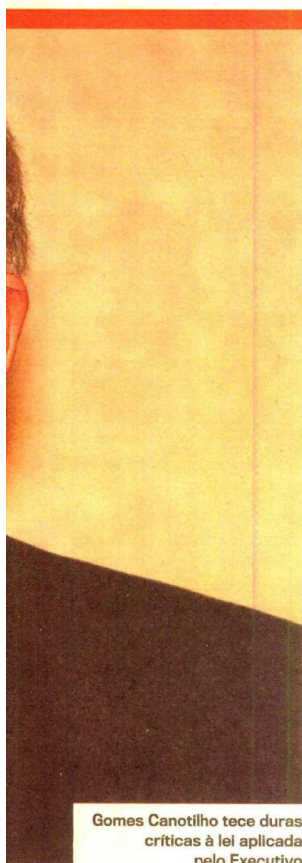
sões que consta do parecer de 65 páginas - a que o SOL teve acesso - assinado por Gomes Canotilho e Jónatas Machado que analisa o sistema, desenhado pelo Ministério da Educação, que permite a distribuição gratuita dos manuais escolares para os alunos do 1º ano escolar.

**Há «falta de fundamento legal» à penalidade cobrada aos pais caso os livros não sejam entregues em bom estado**

O constitucionalista sublinha ainda que «para garantir o direito fundamental ao ensino obrigatório a Constituição não exige a gratuitidade dos livros escolares». Basta estar garantida a «acessibilidade, a preços razoáveis» dos manuais escolares. Ao Estado cabe a «intervenção direta» para «evitar que o preço dos livros se torne uma barreira intransponível aos alunos de famílias mais carenciadas».

Em vez da criação de um sistema de reutilização dos manuais escolares, Gomes Canotilho defende que o Estado deve, sim, «empenhar-se no apetrechamento das bibliotecas escolares, na promoção da concorrência do livro digital» ou «na subvenção a famílias carenciadas e numerosas e numa política fiscal favorá-





Gomes Canotilho tece duras críticas à lei aplicada pelo Executivo

vel à disseminação do livro escolar».

#### Falhas na lei do Governo

Além desta conclusão, o constitucionalista, que é próximo do PS – foi mandatário da campanha presidencial de Sampaio da Nôvoa, antigo juiz do Tribunal Constitucional indicado pelo PS – tece duras críticas a algumas falhas na lei aplicada pela tutela de Tiago Brandão Rodrigues.

Uma das lacunas na lei passa pela falta de definição do conceito de livro «em bom estado» e na falta de critérios de como «deve ser aferido» o estado do manual.

A regra desenhada pelo Ministério da Educação prevê que caso os livros não sejam devolvidos no final do ano letivo ou que não sejam devolvidos em «bom estado» é cobrado aos encarregados de educação, que têm de assinar um

termo de responsabilidade, a totalidade dos manuais.

E esta é outra das falhas detetadas por Gomes Canotilho. O constitucionalista diz que há «falta de fundamento legal claro e inequívoco» à penalidade cobrada aos pais, caso os livros não sejam devolvidos em «bom estado». E avisa: «Só existe obrigação de indemnizar, independentemente de culpa nos casos especificados na lei».

O constitucionalista lembra ainda que a lei aprovada no Orçamento do Estado de 2016 – artigo 127º – que prevê a distribuição gratuita dos livros escolares «não estabelece nenhuma responsabilidade objetiva dos encarregados de educação por devolução dos livros em mau estado».

Outro dos problemas sobre a «penalização» cobrada passa por, lembra Gomes Canotilho, os encarregados de educação não estarem «na sala de aula e em muitos casos não acompanham as crianças no transporte escolar» e, por isso, «difícilmente poderão ter um controlo direto da utilização quotidiana desses manuais» para que se possa cobrar uma sanção «plausível».

E caso se insista na responsabilização dos encarregados de educação, frisa Gomes Canotilho, «muitos dificilmente terão outra alternativa para além de limitar significativamente, ou até impedir» a utilização dos manuais escolares pelos alunos. Solução que «iria claramente contra» a política de gratuitidade dos livros escolares.

Por tudo isto, remata o especialista, estas regras desenhadas pela tutela de Tiago Brandão Rodrigues levantam «sérias dúvidas sobre a bondade formal e material».

Gomes Canotilho refere ainda que a liberdade editorial é um dos «preceitos constitucionais» e que cabe aos «editores e aos leitores, e não aos poderes públicos» tomar as «decisões fundamentais sobre o quê, o quando e o como da atividade editorial».

A distribuição gratuita dos manuais escolares arrancou este ano letivo apenas para os 80 mil alunos do 1º ano escolar, da escola pública e privada. No próximo ano, o Governo vai alargar a medida a todos os alunos do 1º ciclo (ver texto ao lado).

Questionado pelo SOL, o Ministério da Educação, que recebeu o documento ontem à hora de almoço, disse apenas que «não conhece o parecer referido».

#### CITAÇÕES

«A reutilização dos manuais escolares dificilmente pode ser considerada um fim constitucional ou mesmo um meio constitucionalmente legítimo»

«Colocando constrangimentos à utilização dos manuais escolares pode afetar negativamente os alunos mais desfavorecidos que deles em maior medida dependem, acentuando a desigualdade de oportunidades»

«Para garantir o direito fundamental ao ensino obrigatório a Constituição não exige a gratuitidade dos livros escolares, bastando-se com a sua acessibilidade, a preços razoáveis, à generalidade da população, desde que complementada com uma intervenção direta do Estado para evitar que o preço dos livros se torne uma barreira intransponível aos alunos de famílias mais carenciadas».

«A reutilização dos manuais escolares não favorece o sucesso escolar e nem a igualdade de oportunidades educativas, não podendo ser deduzida da garantia constitucional do direito à educação, podendo aquilo que se poupa a montante em manuais escolares vir a ser pago a jusante na fatura do insucesso escolar e do alargamento da desigualdade»

## Governo vai 'oferecer' manuais a todo o 1º ciclo em 2017

A partir de setembro de 2017 todos os alunos do 1º ao 4º ano, da escola pública e privada, vão receber manuais gratuitos.

O Ministério da Educação quer avançar com a distribuição gratuita de manuais escolares para todos os alunos do 1º ciclo, já a partir do próximo ano letivo.

O SOL sabe que este é o cenário em cima da mesa que está a ser estudado pela tutela e pelo grupo de trabalho que foi criado para avaliar o alargamento da 'oferta' dos manuais a outros anos de escolaridade.

Ou seja, a partir de setembro de 2017 todos os alunos do 1º ao 4º ano, das escolas públicas e privadas, vão receber os manuais escolares gratuitos, à semelhança do que aconteceu este ano apenas para os alunos do 1º ano escolar. Esta é, aliás, uma das grandes medidas da Educação inscritas no Orçamento do Estado para 2017, e faz parte das Grandes Opções do Plano (GOP) do Executivo, sabe o SOL.

Segundo as contas da secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão, a distribuição gratuita dos manuais a todo o 1º ciclo (do 1º ao 4º ano) tem um custo de 12 milhões de euros e serão abrangidos cerca de 394 mil alunos.

Fora da 'oferta' da tutela deverão ficar os livros de fichas, à semelhança do que acontece este ano para os alunos do 1º ano.

A 'oferta' dos manuais escolares para todos os alunos do 1º ao 12º ano é uma das metas previstas no programa da Governo.

No entanto, no documento lê-se que, durante a legislatura, o Executivo prevê incluir na distribuição gratuita dos manuais e «outros recursos didáticos formalmente adotados para o ensino básico e secundário». O que não está a acontecer porque, agora, a tutela en-

tende que os livros de fichas «não são recursos didáticos obrigatórios».

Mas também a proposta do PCP de alteração ao OE/2016 – que permitiu avançar este ano com a distribuição gratuita para os alunos do 1º ano – prevê que seriam incluídos nesta 'oferta' «recursos didáticos» utilizados pelas escolas.

Este ano letivo são 80 mil os alunos que vão receber os manuais escolares gratuitos ao entrarem para o 1º ano de escolaridade.

Em média, os três manuais para estes alunos (para as disciplinas de Português, Matemática e Estudo do Meio) custam 25 euros. Contas feitas, este ano letivo a tutela vai pagar cerca de três milhões de euros para 'oferecer' os manuais escolares.

Os livros de fichas, que continuam a ser pagos pelos pais, têm o custo médio de 24 euros.

Os manuais estão a chegar aos alunos através de dois modelos: ou o Ministério transfere para as escolas as verbas para a compra dos manuais, ou alguns estabelecimentos de ensino compraram os livros, que foram distribuídos pelos alunos no primeiro dia de aulas. Mas a maioria das escolas passou uma credencial aos pais para que possam levantar os manuais numa livraria específica.

Em ambos os casos, os encarregados de educação têm de assinar um termo de responsabilidade para que os livros sejam devolvidos em bom estado no final do ano letivo. Ou seja, os manuais não podem estar escritos, por exemplo. Caso os manuais não se encontrem em bom estado serão pagos pelos pais.

Ana Petronilha